

PITTALUGA, STEFANO (ED.) (2014).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-5_14

Il falso letterario dall'Antichità al Rinascimento.

Genova, Milano: Dipartimento di Antichità, Filosofia e Storia sezione
D.AR.FI.CL.ET., 116 p.

O presente livro reúne contribuições apresentadas ao *Progetto d'Ateneo* da Università degli Studi di Genova, contribuições subordinadas ao tema da atribuição autoral errônea. Contudo o título do volume, *Il falso letterario dall'Antichità al Rinascimento*, é algo oblíquo, na medida em que nem todas as contribuições estão preocupadas com a ideia do “falso literário”.

Estamos perante um breve volume (116 pp.) integralmente escrito em língua italiana e contendo um total de seis ensaios antecidos dum breve premissa. O primeiro explora um texto da era moderna, os cinco seguintes analisam atribuições deceptivas de textos antigos; destes os três primeiros olham para atribuições deceptivas de textos antigos, o penúltimo de um texto medieval, e o último de textos renascentistas.

O primeiro destes, “*Cloelia fille romaine*. Da Livio a Scudéry”, de Silvana Rocca, é logo aquele que menos se insere na coleção. Consiste numa análise de uma secção do texto de Madeleine de Scudéry (1607-1701) publicado em 1642 sob o nome *Les femmes illustres ou les harangues héroïques*. Essa obra continua uma tradição que tem na sua nascente Boccaccio, no seu *De mulieribus claris* (1374), mas mais concretamente, dado o vernáculo francês e o facto de ser escrito por uma mulher, Christine de Pizan no seu *Le livre de la Cité des Dames* (1405). Estes livros, inclusive o *Les harangues héroïques*, partilham a ideia de minar a história e a literatura antiga, bíblica e clássica, em busca de exemplos de virtude e bravura feminina. No livro de Scudéry, o que encontramos são, como o nome indica, “arengas” proferidas por mulheres, num elenco vário de personagens femininas que se dirigem a

personagens masculinas. O texto de Silvana Rocca foca-se numa dessas em particular, a arenga de Clélia ao rei etrusco Porsena. A história é relatada por Tito Lívio, o que torna o historiador romano a principal fonte para esta arenga, embora Clélia mereça também um capítulo no *De mulierum virtutibus*, de Plutarco. A autora faz uma leitura simultaneamente antropológica e literária, conjurando conceitos como o esquema de Dumézil da sociedade indo-europeia e fazendo até mesmo acenos para a possibilidade de que a posição de Clélia pudesse ser “proto-feminista”. Estamos, feitas as contas, perante a análise literária de um texto que se insere plenamente na tradição clássica, e cuja novidade de ser um texto escrito por uma mulher que oferece uma versão revisionista de uma história clássica de certa forma redime o quão pouco este primeiro capítulo se enquadra no conjunto dos demais.

O segundo ensaio, de Mariella Tixi, “Il *Liber prodigiorum* di Giulio Obsequente nell’edizione *cum supplementis* di Corrado Licostene: un complementato indebito?” mexe uma vez mais com a *Nachleben* de Tito Lívio. O *Liber prodigiorum* de Júlio Obsequente tem já em si um antecedente autoral algo dúbio, na medida em que é compêndio de excertos de Tito Lívio relativos a eventos prodigiosos. A Universidade de Génova tem um histórico poderoso de publicações sobre Júlio Obsequente, não só pela própria Mariella Tixi, que publica em 2017 uma nova introdução ao texto, como também de Silvana Rocca (a autora do anterior ensaio), autora de um *Iulii Obsequentis Lexicon* de 1978. Estamos portanto perante uma escola. Então, tal como o anterior ensaio olhou para o *Les harangues héroïques* de Madeleine de Scudéry, assim também a reconstrução do *Liber Prodigiorum* que Conrad Wolffhart (Conradus Lycosthenes) leva a cabo no século XVI é o tema deste ensaio. A palavra chave é reconstrução, pois os esforços do editor passaram em grande parte não só pela edição do texto fragmentário, como também pela recolha de passagens de outros autores e pela composição de trechos vários que actualizassem este *Index prodigiorum* até à época sua contemporânea, e retirassem os prodígios do contexto da religiosidade romana para os reprogramar numa lógica apocalíptica cristã. Mariella Tixi olha atentamente para o paradoxo de como, contra os esforços do próprio Conrado Licostene, que diligentemente marcara as partes por ele adicionadas, essas mesmas partes foram sendo reatribuídas a Júlio Obsequente, pondo em causa o projecto filológico que levava à compilação. Fica a insinuação feita, e a leve censura a Licostene, de que

tal resultado era dificilmente evitável a partir do momento em que optou por elaborar uma edição conjunta. O ensaio tende para uma conclusão difícil, a de que a filologia, por vasta que seja a boa fé com que é praticada, dificilmente se coaduna com orientações ou prioridades extrâneas aos textos com que esteja explicitamente preocupada.

Mariarosaria Pugliarello escreve “Da Probo a Probo. Testi in cerca di autore”, um estudo de como vários textos de gramáticos latinos antigos e tar-do-antigos acabaram atribuídos ao gramático Probo, autor do fim da dinastia Julio-Claudiana figurante no *De grammaticis* de Suetónio. A ambiguidade da formulação múltipla nesta última obra, “multa exemplaria contracta emendare ac distinguere et annotare curavit”, inaugurou a possibilidade de um labor mais vasto do que aquele que fora eventualmente o seu lhe fosse atribuído. Há a constatação elementar de que certas obras jamais poderiam dentro de senso comum ser atribuídas a pessoas que sejam estranhas às suas meras pressuposições linguísticas, tal como acontece com o *De ultimis syllabis ad Caelestinum*, cuja escrita na prática só faz sentido num contexto em que a quantidade vocálica esteja já a desvanecer, o que não é ainda o caso nos fins do século I AD e que portanto nos remete pelo menos para o dealbar do século III. A nota mais pungente no ensaio de Mariarosaria Pugliarello é o lamento que ela dirige à frase de Nino Scivoletto, segundo o qual “un grandissimo patrimonio possiede anche Probo, patrimonio arricchito senza sua fatica com il passare degli anni”. A essa nota jocosa, a autora acrescenta “senza fatica certo ma, direi, con notevole danno di immagine, se il raffinato esegeta e maestro anticonformista, asistemático e propenso all’anomalia, si è trasformato in un artigrafo sostenitore di *regulae* minuziose e pedantesche e in un noioso, per quanto utile, compilatore di ‘grammatica degli errori’”. Esta afirmação contundente desferiu um golpe mortal à eventualidade de que pudéssemos ver, se não com bons olhos, pelo menos com olhos neutros a decisão dos inglórios anónimos que na longa história da tradição textual antiga, medieval, renascentista, decidiram tantas vezes atribuir obras outras a autores famosos. Mesmo se nos poderíamos questionar se realmente algum mal de maior podia daí advir, fora uma simples confusão prosopográfica que apesar de tudo ainda vai conseguindo manter viva a investigação contemporânea, seríamos não obstante forçados a concluir que há danos de maior não só para a reputação como também

para a imagem e para a obra de uma vida que estes autores tentaram montar por meio dos seus escritos.

O ensaio seguinte, o quarto, é um exemplo palmar da situação descrita acima. Elisa Camera escreve “Il *corpus* elegiaco di Massimiano: lo *status quaestionis* di un falso umanistico”. Maximiano, poeta do século VI, é autor de seis elegias supérstites, onde revela com frequência detalhes que nos permitem identificá-lo como contemporâneo e amigo de Boécio. A sua tradição textual é segura durante toda a idade média e Renascimento. O seu prestígio, contudo, é menor, figurando quase exclusivamente em edições escolásticas e gramaticais. Elisa Camera estuda neste texto o esforço, não apenas naïf mas efectivamente desonesto levado a cabo em 1501 por Pompónio Gáurico (1481?-1530) para fazer passar a obra de Maximiano pela obra do celebérrimo poeta elegíaco Cornélio Galo. A obra de Galo, exaltada aos sete céus pelos seus contemporâneos Ovídio, Vergílio, foi completamente perdida. A confusão entre as elegias de Maximiano e as de Galo foi apenas possível falsificando aqueles versos que lhes estabeleciam um termo *ante quem* largamente posterior ao *floruit* de Galo. Assim, por exemplo, informa-nos Elisa Camera, *Boethi/Boheti* torna-se na edição de Pompónio Gaurico, *Bobeti*; outros versos cuja cronologia infirmaria ou mesmo invalidaria a atribuição acabam sumariamente rasurados. O presente texto traça a história não só desta falsificação, como também da fortuna das elegias de Maximiano, e da credibilidade tida ou duvidada da autoria de Galo. Na medida em que constituiu o caso mais gritante e explícito de falsificação daqueles apresentados no livro, torna-se também num dos mais difíceis de ler. Testemunhar a perícia filóloga a trabalhar *contra* os ideais básicos da filologia (por muito que tal formulação seja anacrónica) é doloroso e revoltante.

O penúltimo ensaio, de Stefano Pittaluga, com o título “I palazzi del Prete Gianni”, dista dos outros na medida em que o problema não é de falsa atribuição a um autor estabelecido, mas sim a atribuição a um autor não existente, da dita “Carta do Prestes João”. Pittaluga não perde tempo em demasia a analisar o mito do Prestes João, nem muito menos a estudar o contexto específico em que a carta aparece, algures na primeira metade da década de 1160, e no contexto da ascensão do Imperador Frederico I Barbarossa e dos primeiros pruridos da Terceira Cruzada. Antes o enfoque da análise jaz marcadamente, como aliás no-lo dita o

título, na descrição dos palácios do Prestes João, e na história textual dessas descrições. Pittaluga identifica correctamente a tensão que existe entre as descrições destes palácios fictícios e as fontes clássicas que dão origem à sua composição arquitectural e decorativa. Palácios Neronianos, descrições de Suetónio, são o antepassado textual directo dos edifícios que simbolizam o poder temporal e espiritual dum imperador cristão que salvará o *Outremer* franco. Na decoração dos materiais e da composição, essas descrições oferecem uma paisagem iconológica que elenca as virtudes cristãs e tudo o que demais é necessário para o resgate espiritual da Cristandade. Na medida em que neste caso o texto é em larga medida original, e o seu autor inexistente, estamos perante um caso diferente de falsificação. Difere dos demais na dimensão do seu propósito teológico-político, pois a sua posição de um reino cristão santificado a oriente não pretende apenas oferecer um *speculum sanctitatis* aos príncipes da Cristandade, mas ainda exortá-los a acção militar. Os paralelos textuais cristãos que a carta mantém com a literatura pagã, expostos no artigo, permitem-nos inserir mais esta obra não só na tradição textual e descritiva (qual nos fora já sugerida, por exemplo, na obra de Menandro Retor), como também na tradição iconológica. É mais um elo na grande cadeia da “sobrevivência da Antiguidade”.

O último ensaio, “False attribuzioni nei manoscritti e nelle edizioni dei testi teatrali umanistici”, de Attilio Grisafi, é o único cujo horizonte é puramente renascentista, pois não só as obras como também os autores aos quais estas são atribuídas são todos solidamente renascentistas. A *Polixena* de Leonardo della Serrata, *quondam* de Leonardo Bruni, a *Fabula de Filodoxis*, que Leon Battista Alberti permitira fosse atribuída a um antigo escritor Lépido, o *De casu Caesanae*, cuja autoria alternou entre Petrarca, Coluccio Salutati, até a descoberta dum manuscrito permitir identificar o autor como Ludovico Romani da Fabriano. Grisafi desnuda a ausência de pudor com que atribuições eram propostas e, na ausência de contraditório, a facilidade com que se colavam às obras, com consequências nefastas para a história da cultura. A atribuição do *De casu Caesanae* a Coluccio Salutati, por exemplo, não parece ter sido fundamentada em nada mais do que na existência de uma carta do mesmo sobre o massacre de Casena (o que de si nada tinha de extraordinário, tendo em conta a profusão de letras extantes do chanceler florentino) e da qualidade da pena latina com que a tragédia fora

escrita. Isto assusta-nos. A confiança na filologia não é muito mais do que a confiança nos filólogos. Uma obra falsamente atribuída a Petrarca prontamente largou essa falsa atribuição. Que outras obras não gozaram da mesma fortuna, e em que é a que a nossa história partilhada se alteraria se a pseudoepigrafia fosse plenamente desmascarada? Esperamos que pouco, mas ensaios como o de Grisafi não afagam em demasia a nossa ansiedade. A esperança pouca que vamos conquistando prende-se com o facto de a perícia que vamos conquistando nuns campos ser frequentemente transferível a outros: em 2014 Attilio Grisafi publicou a sua edição crítica do *De casu Caesena* nas *Edizioni del Galluzzo*.

A colecção é um contributo fascinante para o tema da atribuição (quase no sentido, *mutatis mutandis*, de Bernard Berenson), da pseudoepigrafia, e da filologia mais em geral. Uma colecção de ensaios tem sempre desvantagens naturais face a monografias que não podem facilmente ser evitadas, tais como quando, como acontece por vezes neste volume, a força centrípeta do título não é absolutamente capaz de manter a coerência do tema. Mais lamentável, porque podia ter sido corrigida, é a ausência de um capítulo introdutório (a mera página e meia da 'Premissa' é insuficiente) que servisse de guarda-chuva teórico e metodológico no qual se pudessem acamar os demais trabalhos.

O editor e as autoras estão de parabéns. O Dipartimento di Antichità, Filosofia e Storia da Universidade de Génova há décadas que dá fortíssimas cartas na ligação entre estudos Clássicos e Filologia Renascentista, e o presente volume confirma o seu lugar cimeiro nesta província de estudos.

[texto escrito no antigo acordo]

MIGUEL MONTEIRO

miguelsena@gmail.com

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra